

IDEAL VIRIL, LÓGICA FÁLICA E ÓDIO AO FEMININO: articulações psicanalíticas e históricas sobre a violência de gênero¹

VIRILE IDEAL, PHALLIC LOGIC, AND HATRED OF THE FEMININE: psychoanalytic and historical articulations on gender violence

Flavia Bonfim²

Laís Paixão³

Fernando da Silva Mancebo⁴

Maria Luiza Mendonça Borges⁵

Yasmin Bittencourt⁶

RESUMO: A violência de gênero atinge as mulheres de forma cotidiana e persistente. Nesse sentido, elegemos como objetivo deste trabalho discutir este tema por meio do referencial teórico da psicanálise, dos feminismos e dos estudos sobre as masculinidades. Situamos que a masculinidade tem sido pautada pelo ideal viril e compreendemos que o ódio ao feminino aponta para dimensão da alteridade que as mulheres encarnam, em função do seu modo de gozo não-todo ser sentido como estranho por aqueles que organizam sua sexualidade totalmente capturados pela lógica fálica. Esta lógica deve ser pensada como uma estrutura que mantém relação com as construções históricas e sociais que moldam a masculinidade a partir do discurso patriarcal, tendo em vista que o discurso é aparelho de gozo. Sendo assim, concluímos que o lugar do psicanalista diante das investigações sobre a violência masculina é o de propor uma leitura que articule o singular e as formas de opressão do patriarcado, do colonialismo e do racismo.

Palavras-chaves: Ideal viril; Lógica fálica; Ódio ao feminino; Patriarcado; Racismo estrutural.

ABSTRACT: Gender-based violence affects women in a continuous and persistent manner. Accordingly, this study aims to discuss this theme through the theoretical framework of psychoanalysis, of feminist theories and masculinity studies. We argue that masculinity has been constructed around the virile ideal and that hatred towards the feminine points to the dimension of otherness embodied by women, insofar as their “not-all” mode of jouissance is perceived as strange by those whose sexuality is wholly organized under phallic logic. The phallic logic should be regarded as a structural principle linked to the historical and social constructions of masculinity within patriarchal discourse, considering that discourse itself operates as an apparatus of jouissance. Consequently, we conclude that the role of the psychoanalyst in examining male violence is to promote an interpretive framework that bridges the singular and the forms of oppression stemming from patriarchy, colonialism, and racism.

Keywords: Virile ideal; Phallic logic; Hatred toward the feminine; Patriarchy; Structural racism.

¹ Este trabalho é fruto da Pesquisa “**PSICANÁLISE E ESTUDOS SOBRE AS MASCULINIDADES:** investigações sobre ‘ser homem’ no Brasil” desenvolvido na Universidade Federal Fluminense.

² Docente do Departamento de Psicologia (UFF – Niterói). E-mail: fbonfim@id.uff.br

³ Graduanda de Psicologia (UFF – Niterói). E-mail: laispaixao@id.uff.br

⁴ Graduando de Psicologia (UFF – Niterói). E-mail: fernandomancebo@id.uff.br

⁵ Graduanda de Psicologia (UFF – Niterói). E-mail: maria_borges@id.uff.br

⁶ Graduanda de Psicologia (UFF – Niterói). E-mail: yasminbittencourt@id.uff.br

INTRODUÇÃO

Sessenta e um socos em 34 segundos! Esse foi o número de golpes na cabeça e no rosto dirigidos por Igor Gabriel à sua ex-namorada Juliana Soares, dentro de um elevador, após uma discussão motivada por ciúmes. Tendo sido gravado pelas câmeras de segurança do condomínio, a terrível e chocante cena ganhou grande repercussão nacional por tamanha brutalidade. As lesões decorrentes de múltiplas fraturas no rosto e na mandíbula são comparadas a quem sofreu um acidente de moto sem capacete – disse o médico responsável pela cirurgia de Juliana. O delegado, que acompanhou o caso, considera que as imagens testemunham a intenção de matar, configurando um crime de tentativa de feminicídio (G1, 2025). A visibilidade midiática do fato chamou a atenção para a violência de gênero, mobilizando a opinião pública e fazendo-se, portanto, de denúncia de um caso impactante do poder dos homens sobre a vida das mulheres. Por outro lado, se o mencionamos aqui, é para fazer lembrar que situações desse tipo não são isoladas, mas, de um modo geral, são frutos de um ciclo de abusos perpetrado, sobretudo, por maridos, por namorados e por ex-companheiros, que podem variar entre violências físicas, psíquicas, sexuais, morais e patrimoniais – o que deve nos levar a refletir de maneira mais crítica sobre a violência familiar, cotidiana e persistente que as mulheres sofrem. Como pondera Carme Alemany (2009, p. 271):

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. O sexismo vulgar, a pornografia, o assédio sexual no local de trabalho também se incluem aí.

Maria Lourdes Bandeira ([2014] 2019) propõe que a violência de gênero se difere dos outros tipos de violência pela primeira ser motivada pela questão do encontro com a alteridade. As violências, no sentido mais amplo, compõem práticas e pensamentos de aniquilação do outro considerado em posição de igualdade – o que as distanciam daquela praticada contra mulher, tendo em vista que esta última surge no contexto das desigualdades de gênero, podendo ainda incluir aspectos raciais, etários e de classe. Nesse sentido, objetivamos pensar com este artigo sobre a violência de gênero, de modo especial contra a

mulher, colocando em relevo a articulação entre masculinidade e violência. De forma mais específica, a presente reflexão se volta à questão da opressão masculina, tomando-a como um sintoma cultural e uma marca do poder masculino no corpo social. Com a intenção de não naturalizar este tipo de violência, nem de tomar o homem como uma categoria a-histórica, visamos ainda colocar a masculinidade em análise. Defendemos que isso também é uma forma de rever o próprio discurso psicanalítico sobre a posição masculina, interrogando os efeitos da lógica fálica e as identificações que sustentam os modos de subjetivação dos homens.

Isto posto, buscamos discutir, inclusive, as questões psíquicas, precisamente inconscientes, que estão em jogo na violência contra as mulheres, sobretudo aquelas que podem ocupar para o mesmo homem o lugar de objeto do seu desejo e de alvo do seu ódio. Além disso, também é de nosso interesse discorrer sobre a constituição histórica e cultural da violência masculina, em especial presente da sociedade brasileira, que fundamenta a objetificação das mulheres e a transformação de seus corpos em corpos passíveis de serem violados e matáveis. Para tanto, analisamos o tema da hostilidade contra as mulheres por meio do referencial teórico da psicanálise, das contribuições dos feminismos e dos estudos sobre as masculinidades. Mais ainda, objetivamos pensar sobre o lugar do psicanalista em face desse tipo de violência, bem como sobre a necessidade de construção de um discurso que permita nomear o fenômeno sem apagar a responsabilidade do sujeito.

Por fim, entendemos que as violências contra as mulheres têm se mostrado uma constante na sociedade brasileira enquanto questão de saúde pública e de direitos humanos, de modo que a persistência desse fenômeno se desvela cada vez mais como expressão alarmante da desigualdade de gênero no país. A insuficiência das estratégias tradicionais de enfrentamento a esta mazela e a persistência dessas desigualdades exigem inovar as práticas e repensar as discussões sobre o tema – o que implica também na necessidade de um posicionamento crítico das discussões psicanalíticas diante dessa nefasta realidade.

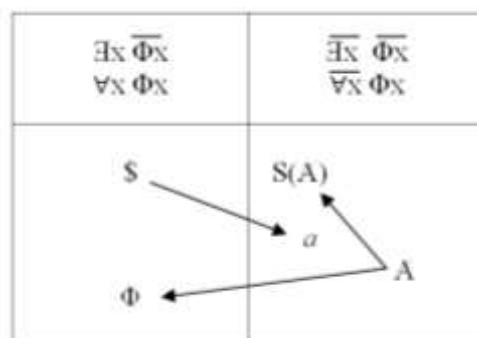
1. A LÓGICA FÁLICA E O ÓDIO AO FEMININO

Para avançarmos na discussão sobre a violência masculina, consideramos pertinente situar primeiramente o que caracteriza um homem nos termos psicanalíticos. Para o psicanalista Jacques Lacan ([1972-73] 1985) – sobretudo, a partir de suas elaborações sobre

as fórmulas da sexuação –, “homens” são aqueles que cumprem totalmente a função fálica e a castração, cujo campo de gozo é estruturado por meio da relação entre a regra e a exceção. Há uma exceção, um sujeito que nega a castração – o Pai da Horda, do mito *Totem e Tabu* – e, por meio dessa exceção, uma regra, um conjunto se estabelece, tendo como referencial o ideal do pai e o ideal viril (Lacan, 1985 [1972-73]).

O mito de *Totem e Tabu* (Freud, [1913] 2013) oferece uma via de leitura freudiana sobre a fundação simbólica da cultura e, conseqüentemente, da masculinidade. No mito, o pai primordial – aquele que goza de todas as mulheres – é morto pelos filhos, e, após isso, um totem é erguido em seu lugar, instaurando a lei e a proibição do incesto. A figura desse pai representa o “Um”, detentor do gozo absoluto, que, ao ser interditado, funda o laço social na medida em que apresenta um limite comum a todos: a lógica da castração. Lacan ([1972-73] 1985) retoma esse mito para discutir o campo da sexuação dos homens, mostrando que a masculinidade se apoia na crença de que há um significante que pretende garantir o ser. Contudo, esse significante – o falo – é apenas uma ficção simbólica, um semblante. O sujeito masculino, quanto mais escravo do semblante fálico, tenta fazer-se “todo”, buscando sustentar-se muitas vezes em uma dimensão imaginária de poder e de completude, cujo efeito é viver ameaçado pelo temor de castração.

Ao referenciar-se na ideia imaginária de posse fálica, os homens ficam sujeitos ao engodo da expectativa de completude, porém esta nunca se realiza plenamente, o que os leva a uma reafirmação constante – muitas vezes pela via da agressividade – para sustentar a consistência desse semblante. A masculinidade, portanto, se configura como uma construção simbólico-imaginária que exige manutenção contínua diante da ameaça de desmoronamento (Mesquita e Correia, 2019). Portanto, para Lacan, o masculino não se define pela natureza, mas por uma posição simbólica e por um modo de gozo, que aponta para como os homens se relacionam com a função fálica. Vejamos as fórmulas da sexuação propostas por Lacan:



Fonte: Lacan, [1972-73] 1985, p. 105.

Lacan ([1972-73] 1985), ao elaborar as fórmulas da sexuação, propõe que os seres falantes se distribuem entre os significantes “homem” e “mulher” — posições que não se referem à anatomia, mas à maneira como o sujeito se situa em relação ao gozo fálico. Do lado esquerdo das fórmulas da sexuação, temos a posição masculina por intermédio de um conjunto instituído pela exceção, representada pela figura mítica do pai totêmico, no qual todo aquele que se inscreve deste lado está vinculado totalmente ao gozo fálico, localizado e limitado pela linguagem. De outro lado, que não faz conjunto, temos a posição feminina definida pela lógica do “não-todo”, remetendo a um gozo suplementar, que não se deixa capturar integralmente pela lógica fálica e pela significação. A partir dessas construções, Lacan ([1972-73] 1985) define o gozo fálico enquanto uma satisfação ligada à significação e à função do falo como operador simbólico. Trata-se de um gozo regulado pelo campo da linguagem e balizado pelo Nome-do-Pai, significante que introduz a lei e a castração simbólica. Contudo, algo sempre escapa a essa lógica — um resto de gozo que não se deixa capturar pela linguagem e retorna como excesso, revelando a insuficiência dessa forma de satisfação, que ao mesmo tempo se mostra defensiva quanto ao terreno do gozo. Por outro lado, o gozo vinculado à posição feminina, suplementar, aponta para algo que vai além da significação, da castração e da representação — o que permite às mulheres uma modalidade de gozo aberto ao infinito.

Portanto, no cerne da construção da masculinidade, a identificação ao pai funciona como um balizador. Por outro ângulo, ao tomar o pai enquanto ideal, o sujeito constrói também uma concepção idealizada de virilidade. Como todo ideal, este nunca pode ser atingido completamente, deixando os homens inclinados aos impasses com a masculinidade, com o feminino e com o laço social de um modo geral. Dentre esses impasses,

Sigmund Freud identificou uma “recusa da feminilidade” na vida psíquica dos homens, que se manifesta por uma “aversão contra a sua postura passiva ou feminina em relação a outro homem” ([1937] 2020, p. 258) para não se “submeter a um substituto do pai” ([1937] 2020, p. 360). Freud escreve ainda que essa “postura passiva é recalçada de forma enérgica, uma vez que pressupõe a aceitação da castração” ([1937] 2020, p. 259). Assim, reconhecidos culturalmente pelo seu papel viril, de detentor do “cedro do poder”, a aceitação da castração coloca-se como um ponto de recusa e de impasse que toda análise dos homens precisa atravessar. Embora Freud ([1937] 2020) tenha feito questão de ressaltar que a “recusa da feminilidade” é uma defesa de um homem em relação a outro homem, o impasse com o feminino comparece de diferentes formas em sua obra, tal como podemos verificar no texto “O tabu da virgindade”, de 1918. Nesse artigo, ele argumenta que todo tabu é criado em torno daquilo que se teme, chegando a afirmar que, no cerne da evitação, está um horror fundamental à mulher. “O homem teme ser enfraquecido pela mulher, ser contaminado por sua feminilidade e então mostrar-se incapaz” (Freud, [1918] 2020), p. 163). Esse horror, nos diz Freud ([1918] 2020), se origina por uma leitura do corpo feminino a partir de uma medida: o primado do falo. Vale ressaltar, contudo, que nada falta ao corpo da mulher e se ele é lido como falta, castrado, isso é uma maneira de deslocar para o outro, fora de si, aquilo que é inerente a todo sujeito, mas com o qual o neurótico nunca quer se haver: a castração.

Maria Josefina Fuentes (2020, s/p) destaca que as representações dadas às mulheres na civilização “cumprem a função de nomear e localizar um real perturbador”, “fazendo da mulher um objeto inferior, incompleto e degradado”. Assim, os deslizamentos entre horror, depreciação e ódio às mulheres se refletem nas terríveis manifestações que variam entre controle, segregação, violência e morte. Jacques Alain-Miller (2010) articula essa questão do ódio ao feminino a partir da própria relação do sujeito com o seu gozo. A lógica fálica, ao mesmo tempo que organiza o campo do gozo, também é uma defesa para lidar com seu caráter estranho. Ao gozar de forma distinta em relação aos homens por estarem no mundo menos aderidas à prisão dos semblantes fálicos, de posse e de poder, as mulheres encarnam um céu aberto de gozo, podendo ser sentido como fonte de angústia e de horror.

Nesse sentido, o ódio ao feminino tem relação com a noção de extimidade, de Outro interior – o estranho familiar, o fora de sentido do gozo, que habita o sujeito e que ele odeia. O que parece ser Outro para o *fallasser* é o Outro dentro dele mesmo. Todavia, o homem localiza esse excesso na alteridade e ainda o interpreta como roubo de gozo (Miller, 2010).

Não é à toa que, mesmo quando uma mulher sofre violência, há sempre uma tentativa de fazê-la culpada. Mas o que ela fez? Qual roupa estava usando? Por que ela não saiu da relação? E por aí vai... Por outro lado, Lacan ([1972-73] 1985) nos lembra que o ódio não exclui o desejo. Para abordar esta temática, ele utiliza o termo *hainamoration* – amódio –, uma enamoração feita de ódio (*haine*) e de amor. Esta noção permite pensar por meio da psicanálise a complexa relação de desejo e de ódio que leva um homem a estabelecer relações violentas com suas parceiras. Para além da noção de ambivalência amorosa proposta por Freud, Lacan avança nessa discussão ao considerar que o ódio e o desejo podem ser dirigidos ao mesmo sujeito na medida em que o ódio – que ele chama de “ódio sólido” – é dirigido ao ser, enquanto suporte do objeto *a*.

Para compreender essa formulação lacaniana, devemos levar em consideração a parte inferior das fórmulas da sexuação, no qual Lacan ([1972-73] 1985) situa as modalidades de parceria do sujeito com o outro. Precisamente, ele indica que o homem se dirige a uma mulher fazendo-a causa de seu desejo, tomando-a como objeto *a* – o que implica relacionar-se com ela a partir de sua fantasia. Sendo assim, como o ódio também inclui o objeto causa de desejo, uma mulher igualmente pode assumir esse lugar paradoxal para o homem. Heloisa Caldas (2013) argumenta que uma mulher pode facilmente passar de um objeto que gera fascínio e desejo para ser tomada como a responsável pela perda de gozo que o sujeito experimenta, configurando, assim, um objeto desprezível e alvo de violência. Essa passagem aponta para o próprio modo como a masculinidade é construída: em torno de um equívoco de igualar o pênis, que carrega no corpo, com a suposta posse do falo – o que torna os homens muito mais afetados por experiências e por situações que os remetem à castração.

Devemos lembrar que “castração” em psicanálise é o próprio nome da perda de gozo que o sujeito experimenta ao se constituir. O que implica em lidar que não é possível ter tudo, ser completo, nem experimentar uma satisfação absoluta, sendo a falta a marca constitutiva do sujeito – ponto do qual o neurótico sempre recua. É justamente neste impasse que a culpabilização do outro pode ser uma estratégia para não se responsabilizar por aquilo que remete à própria impotência e limitação. Na clínica, não faltam relatos para testemunharmos esse fenômeno. Quantos homens, ao se defrontarem com impasses, que em seu entendimento “ferem” a sua masculinidade na vida social, acabam por descontar em suas parcerias e filhos o mal-estar que experimentam, encontrando motivos diversos para culpabilizá-los que podem facilmente deslizar da violência verbal para a física?

Assim, é a própria dimensão da castração, do gozo e do encontro com a alteridade que é central ao debate da violência contra as mulheres na perspectiva psicanalítica. Ou seja, é justamente o infamiliar do próprio corpo, o mais íntimo que não se pôde reconhecer como próprio, que o sujeito tende a localizar no corpo do outro. Dessa forma, o feminino encarna o “lugar dessa *Outra coisa*, litorânea, mar aberto sem limites que nos habita” (Fuentes, 2020, s/p) – cuja presença é sentida com estranhamento, com horror e com ódio pelos corpos que organizam sua sexualidade pela lógica fálica e que se deixam capturar e aprisionar por sua enganosa consistência. Posto isto, o que infelizmente se constata é que umas das consequências da lógica fálica é a exclusão estrutural das mulheres e do feminino do laço social. A lógica fálica e seus efeitos inconscientes sobre os corpos são, portanto, chaves de leitura para compreender a violência masculina contra alteridade: ela emerge como uma resposta ao encontro com o que escapa à norma fálica e ao que não pode ser simbolizado. A violência, então, pode ser compreendida também como uma defesa diante da perda simbólica, uma tentativa de restabelecer o controle e a consistência do semblante fálico diante da experiência de falência do sentido.

O encontro com o feminino, com a alteridade, com o gozo estranho, e *queer*, expõe o sujeito à angústia diante do impossível de simbolizar, tomado como aquilo que ameaça a sua coesão. A violência emerge, por conseguinte, como defesa diante daquilo que ameaça desvelar a falta que o constitui. “Quando o outro goza de outra forma, ele deve ser eliminado?” — essa é a pergunta que atravessa as manifestações extremas do ódio ao feminino. Nessa perspectiva, a violência não deve ser entendida como uma “natureza masculina”, nem como uma característica essencialista dos homens. Ela também não deve ser tomada como mero descontrole pulsional, mas convém situá-la como um modo de defesa diante do insuportável da diferença e do próprio gozo que habita o sujeito, bem como um sintoma que aponta para a precariedade do semblante viril, que busca mascarar o desamparo diante da castração e da alteridade. Por outro lado, não devemos esquecer, como apontam Suzana Dicker, Patricia Badari e Heloisa Caldas (2016), que o sujeito é responsável por seu gozo, que “não faz laço”, sendo justamente nesse ponto que a psicanálise se distingue das leituras que naturalizam ou patologizam a violência. O homem violento, em sua tentativa de suturar a falta, transforma o outro em objeto, o rechaçando para reafirmar o semblante fálico do qual ele se faz escravo.

2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: efeitos de um “discurso em ação”

Se não podemos tomar a questão da violência masculina como natural nem como uma “essência” do homem, o que promove essa vinculação entre masculinidade e violência? O que sustenta a lógica fálica da qual muitos homens ficam aprisionados? Essas são questões das quais não podemos recuar e que tentaremos aqui formular algum encaminhamento.

Perante a experiência do sexual como um acontecimento de corpo em meio a uma falta de saber sobre a própria sexualidade, impõe-se como tarefa ao sujeito estruturar seu campo pulsional (ainda que não seja um processo completo, pois a pulsão não se deixa totalmente organizar e governar), com os reflexos para suas formas de amar, desejar e gozar. Essa estruturação inconsciente advém de uma bricolagem singular que o sujeito constrói de maneira artesanal a partir das experiências vividas no corpo em meio ao encontro com outros corpos – seja a nível da satisfação prazerosa, como também de encontros traumáticos –, bem como do encontro com o discurso que a cultura oferece para descrever, delimitar e normatizar o sexual.

No bojo das discussões sobre a sexuação, Lacan ([1972-73] 1985, p. 36) sustenta que o “significante é a causa do gozo”. Dizendo de outro modo, a linguagem, o discurso, é aparelho de gozo, que ao atingir o corpo, produz modos de vivenciar a pulsão e podem ganhar uma ampla variedade de formas, haja vista a infinidade de significantes que podem vir a tocar e fazer marca em um corpo. Por outro lado, não podemos ignorar que, nas sociedades ocidentais, um discurso em especial ganha destaque: o patriarcal e falocêntrico, com sua função de tentar domesticar o sujeito, indicando as normas sexuais para os seres sexuados. Sendo assim, podemos inferir que é justamente este discurso que opera como suporte para aparelhar os modos de gozo, do qual o significante fálico é extraído como operador lógico e como uma função, tendo em vista a falta do instinto no humano para guiá-lo no terreno sexual. Todavia, o que a psicanálise nos adverte é que a identidade sexual do sujeito não será fruto, em uma relação de causa e efeito, de um comportamento imposto pelas normas de gênero, excluindo a questão do desejo, do gozo e da fantasia, logo, a dimensão da singularidade. Ainda que tais normas produzam importantes reflexos na vida subjetiva e no laço social, isso não responde, nem explica completamente, como a sexualidade é construída. É nesse sentido que Lacan, ao trabalhar com as fórmulas da

sexuação, faz do falo uma função, estando interessado em localizar como os sujeitos aderem, recusam ou subvertem tal função, podendo ser de forma toda ou não-toda.

Por outra perspectiva, levar em consideração a questão da singularidade, não exclui também olhar para a dimensão dos determinantes históricos e sociais que incidem sobre os sujeitos, ainda que nem todos respondam a eles da mesma forma. Ou seja, a ideia de singularidade não deve ser motivo para nos impedir de tentar desvelar os discursos que atravessam a construção da masculinidade em uma forma mais ampla, dos quais não podemos negar sua relação com a violência de gênero e seus efeitos sobre a vida das mulheres, de modo especial, as brasileiras. A construção da masculinidade é pautada em discursos sobre ideal viril que retomam à Antiguidade Greco-Romana e ainda se mostram presentes nas sociedades ocidentais – o que produziu uma equivalência não necessária entre masculinidade e virilidade. Esse ideal viril aponta para os homens um certo modo específico de existência. Ou seja, ele opera como uma verdadeira construção ideológica para poder se dizer “Homem”, não sendo exatamente uma constatação antropológica de como os homens são (Thuillier, 2013). Como pondera, Pascale Molinier e Daniel Welzer-Lang (2009, p. 101-102):

A virilidade se reveste de um duplo sentido: 1) os atributos sociais associados aos homens e ao masculino: a força, a coragem, a capacidade de combater, o “direito” à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são – e não podem ser – viris: mulheres, crianças; 2) a forma erétil e penetrante da sexualidade masculina. A virilidade, nas duas acepções do termo, é aprendida e imposta aos meninos pelo grupo dos homens durante sua socialização, para que eles se distingam hierarquicamente das mulheres. A virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina.

Nesse sentido, podemos verificar que a dimensão da violência pode ser extraída como uma das consequências dos efeitos dos discursos sobre a virilidade, produzindo fundamentos para a sustentação de uma lógica patriarcal. Por outro lado, isso não é suficiente quando levamos em consideração nossa realidade sócio-histórica. É importante considerar que pensar a violência de gênero no contexto brasileiro exige articular a herança colonial e o racismo estrutural como dimensões constitutivas dos modos de gozo e das formas de poder. Para começar, por exemplo, podemos citar o fato de que nas embarcações, que chegaram ao Brasil no ano de 1560, havia cerca de 54 jovens. Essas jovens eram denominadas de “órfãs do rei”. Tratava-se de meninas pobres, em sua maioria com idade

entre 14 e 17 anos, residentes nos orfanatos de Lisboa e de Porto, que foram enviadas para as colônias com o objetivo de se casarem com os súditos da Coroa que aqui se estabeleceram. Isto é, meninas que serviram aos homens portugueses em seu projeto de colonização e de ocupação do Brasil. Em muitas embarcações, as mulheres adultas portuguesas eram proibidas, tendo em vista o alto risco de sofrerem abusos (Fernandes et al., 2022). Por outro lado, chama a atenção o fato de que as jovens não tenham sido poupadas, pois, de acordo com Jennifer Melo (2020), elas foram alvos de abusos físicos e sexuais – o que nos leva a pensar que temos aqui a história de uma marca sequenciada de violações na qual os corpos das meninas e, não só mulheres, estão expostos.

De acordo com a Fundação Abrinq, a violência sexual no Brasil afeta principalmente pessoas menores de 19 anos. Em 2023, foram registrados 78.537 casos de abuso sexual, sendo que 73,5% eram crianças ou adolescentes, em sua maioria esmagadora do sexo feminino. Além disso, 67,4% dos abusos ocorreram no âmbito residencial (Abrinq, 2024). Isto, portanto, nos leva a um fato alarmante, como indica JJ Bola (2020): o lar não é um lugar seguro para as mulheres, independentemente de sua faixa etária, convém dizer. Isso também atesta um outro dado, levantado pelo autor: de que as mulheres têm probabilidade muito maior de sofrer violência de um parceiro do que de um desconhecido, haja vista os altos índices de violência doméstica e de feminicídio (Bola, 2020).

Em outra direção, temos a violência impostas às mulheres negras. Desde o período escravista, o corpo negro e o corpo feminino foram transformados em lugares privilegiados de inscrição da violência — corpos-coisa, disciplinados, explorados e erotizados sob o olhar colonial. Essa herança, ainda operante, produz subjetividades violentas e mantém vivo um estado de exclusão no cotidiano social. Em torno dessa produção de subjetividades, Eduardo Schnoor (2013) destaca os marcadores que orientavam a virilidade do senhor de engenho, a saber: a iniciação sexual precoce e o comportamento violento como resposta aos conflitos, dos quais não se podia recuar. Vale ressaltar que por volta de 12-13 anos, um filho de senhor do engenho deveria perder sua virgindade, fazendo-se “homem” e marcando sua passagem para a vida adulta (Schnoor, 2013). Podemos deduzir que essa iniciação da sexualidade de forma prematura não se dava pelo encontro sexual com uma mulher branca em função das fortes regulações cristãs e morais da época, sendo, portanto, sustentada pela estrutura racista vigente.

Como afirma Lélia Gonzalez ([1984] 2019), as mulheres negras escravizadas eram usadas tanto em serviços braçais e domésticos quanto como objeto sexual dos senhores de engenho. Neste ambíguo lugar, Isildinha Nogueira (1999) aponta que as mulheres negras eram repudiadas, vistas como seres inferiores, repulsivos e hipersexualizados, como também eram alvo de desejo sexual. Nesse sentido, podemos considerar que o patriarcado e o racismo se estruturam, assim, como faces de um mesmo sistema de dominação, no qual o homem branco, heterossexual e cisgênero ocupa o lugar do “humano universal”, enquanto os demais são reduzidos à condição de subcategoria, objeto. Sobre o racismo, Lacan ([1972] 2003) pondera que, ainda que tenha sido forjado a noção de raça por meio de uma visada biológica, ele se constitui como “discurso em ação”. Em suas palavras: “Ela [a raça] se constitui pelo modo como se transmitem, pela ordem de um discurso, os lugares simbólicos, aqueles que se perpetua a raça dos mestres/senhores e igualmente dos escravos...” (Lacan, [1972] 2003, p. 462) Sendo assim, podemos extrair que toda violência advinda do racismo é produto de um discurso, que demarca quem detém os privilégios e quem não os tem.

Nesta direção, talvez seja possível situar o patriarcado também como um “discurso em ação”, que, como define JJ Bola (2020, p. 16), é:

[...] a ideologia e a estrutura hierárquica que colocam os homens em uma posição de vantagem em relação às mulheres, garantindo a eles poder, privilégios, direitos e acesso a recursos em vários domínios e contextos, indo desde o núcleo familiar até o mundo corporativo e o ambiente de trabalho, e nos informando sobre os papéis que os homens e as mulheres devem assumir, ao mesmo tempo em que dita as realidades materiais de cada um.

Bola (2020) acrescenta que o patriarcado é uma trama que indica modos de socialização aos homens, com um viés normativo sobre as formas de agir, de pensar, se comportar e de sentir nos mais variados aspectos de sua vida, especialmente em relação às mulheres. Diante disso, situar o patriarcado com um “discurso em ação” sobre a dominação e opressão masculinas é também conceber a virilidade e a violência de gênero como um dos seus possíveis efeitos, na medida em que, como pondera Alemany (2009), as violências físicas contra as mulheres expressam as relações entre poder masculino e sexualidade, compondo o escopo da assimilação da virilidade. Nesse sentido, como propõem Fabio Bispo, Herlan Peixoto e Melissa Scaramussa (2021), a masculinidade orientada nesses moldes pode

ser pensada como uma *formação necropolítica*, em que o poder sobre a vida e a morte se torna dispositivo de afirmação viril.

No contexto contemporâneo, a violência aparece tanto nas práticas de gênero quanto nas formas de extermínio racial e estatal. Os semblantes falicizados, nesse cenário, funcionam como defesa contra o desamparo, mas o custo psíquico dessa defesa é a dificuldade de reconhecer o outro e a diferença sem se sentir ameaçado. Portanto, pensar a clínica, nesse contexto, implica estar vinculada ao social, ou seja, é necessário admitir que o inconsciente é atravessado pelas mesmas tramas históricas e culturais que moldam os sujeitos que escutamos.

Mara Viveros Vigoya (2018) amplia essa discussão ao mostrar como a violência é um fenômeno histórico e estrutural que perpassa os modos de subjetivação latino-americanos. Como exemplo, a autora relata o caso do treinador colombiano Hernán Gómez que agrediu uma mulher em público, entretanto, foi absolvido judicialmente. Não obstante, ainda pôde contar com o discurso popular que o colocou no lugar de vítima, um “pobrezinho”, “obrigado a agir dessa forma”, que agora tem sua vida pública prejudicada por causa de uma mulher. A partir deste caso, Vigoya evidencia a naturalização cultural da violência e sua inscrição como “direito masculino”. No julgamento em 2012, o advogado do agressor chegou a afirmar que era um direito dos homens bater em mulheres e que eles deviam: “Dar-lhes duro, como ao gado” (Vigoya, 2018, p. 158). Tal afirmação revela a permanência de um imaginário patriarcal no qual a mulher é reduzida à posição de objeto e o homem é autorizado a agir violentamente.

Segundo Vigoya (2018, p. 158), “a violência se reproduz no tempo, em cadeia, em espiral e em espelhos, conformando um continuum no qual as categorias de violência estrutural, simbólica, cotidiana e íntima se superpõem”. Assim, a história da região é também a história da transposição entre as violências coloniais e as violências domésticas: os corpos colonizados permanecem sendo alvo de práticas que reiteram posições de subordinação. O período colonial foi fundado em relações marcadas pela violência — uma sociedade erguida sobre o estupro sistemático de mulheres negras e indígenas pelos colonizadores, seguido por um período republicano que reafirmou essas posições desumanizantes. A história das Américas é, portanto, uma história de violências transgeracionais. Nesse sentido, Vigoya (2018) enfatiza que a violência não é um traço natural ou distintivo dos povos latino-americanos, mas o efeito de dinâmicas de poder

coloniais que, ao longo dos séculos, consolidaram uma cultura de dominação masculina e hierarquização racial.

Essas análises convergem com a proposta de pensar a violência decorrente das relações de gênero não como uma propensão natural inerente ao masculino, mas como um dispositivo de controle e uma tecnologia de poder. A ampla cultura militar e o discurso moralizante legitimam a agressão como defesa da honra masculina, reproduzindo o velho paradoxo entre lei e moralidade. Ainda hoje, no Brasil, resquícios dessa lógica aparecem em discursos jurídicos e políticos, como a utilização da tese da legítima defesa da honra em julgamentos de feminicídios como argumento válido de inocência até 2023, quando foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF, 2023). Em paralelo a isso, pode-se citar a proposta legislativa de Sérgio Moro, que buscava estabelecer a atenuante de pena para crimes cometidos sob “violenta emoção” (Brasil, 2019) — fórmula que pode ser ligada como uma continuação de uma lógica estrutural do sistema jurídico que autoriza a impunidade diante da violência contra as mulheres. Esses discursos retratam as faces estruturais da violência na sociedade brasileira que operam como mecanismo de controle e de reafirmação do poder fálico. É a punição dirigida àqueles que ameaçam a ordenação heteronormativa: as mulheres que ousam gozar de outra forma, os corpos que vivem sua sexualidade livremente, os sujeitos que subvertem os gêneros e desestabilizam os costumes. Trata-se de um ato moralizador que restabelece a ordem e protege o sujeito da angústia provocada pela diferença (Vigoya, 2018).

A cultura, por sua vez, vela e legitima a violência de forma tão profunda que as próprias mulheres, muitas vezes, internalizam a culpa pelos abusos sofridos, enquanto os homens são desimplicados de seus atos. Essa desresponsabilização é sustentada por discursos que apelam à defesa do “psiquismo” ou à fragilidade emocional masculina, convertendo o agressor em vítima, como no caso elencado por Vigoya.

PARA CONCLUIR: qual o lugar do psicanalista diante da violência de gênero?

Não é possível erradicar a violência masculina sem tocar nos discursos sociais que a sustentam, mas também não é possível fazê-lo sem dar palavras a esse sintoma social. A partir dessa leitura, compreender a violência implica em vê-la como uma experiência subjetiva e histórica, marcada por identificações e por conflitos, e não apenas como oposição

entre vítimas e agressores. Trata-se de reconhecer que a masculinidade latino-americana é herdeira de um processo de assimilação ao colonizador, em que a força, a dominação e a virilidade se constituem como signos de humanidade. A violência, portanto, pode ser lida tanto como sintoma do velamento da falta quanto como gesto desesperado de sustentação de um poder imaginário. Desfazer essa lógica implica em deslegitimar a violência como reguladora de conflitos psíquicos e sociais, caminhando em direção a uma reforma dos afetos e uma ética orientada pela escuta psicanalítica e pela visada feminista. Nessa perspectiva, pensar novas formas de laço e de subjetivação requer deslocar as identificações centradas na dominação e possibilitar a abertura para outras masculinidades que não se defendam de forma tão agressiva contra a alteridade.

Com consequência, cabe ao psicanalista recusar as políticas do não saber que tanto vigoram em nosso meio e assumir seu papel de “analista cidadão”, como propõe Laurent (2010) – não exilado, sensível às formas de segregação e ao que acontece em seu tempo e em seu território. Isto inclui um analista implicado em uma escuta do indizível, que tanto oferece às mulheres um espaço para enunciar seu sofrimento, quanto responsabiliza o sujeito por seu gozo violento. Neste último caso, seria frutífero refletir e fomentar a criação de espaços de elaboração simbólica com os próprios sujeitos violentadores, deslocando as significações de poder e de virilidade nos quais estão identificados. A escuta clínica, nesse sentido, poderia funcionar como dispositivo de reconstrução do laço e de alguma ressignificação do gozo, assim como reconhecimento da falta como estruturante, abrindo caminho para formas mais singulares de ser homem, que não precise se sustentar por meio de uma recusa e defesa quanto ao feminino. Aqui, podemos, inclusive, citar o importante trabalho do psicanalista Yan Ballesteros, diretor geral do Instituto Casa da Palavra, que promove grupos reflexivos orientados pela psicanálise, destinados àqueles que se identificam como homem, com o intuito de problematizar e de questionar as violências praticadas e sofridas na sociedade (Fonte: Casa da Palavra).

A psicanálise, enquanto práxis que se alimenta da clínica, pode contribuir para tensionar as naturalizações que ligam o homem à violência. Trata-se de reinscrever o sujeito no campo da responsabilidade — não como culpabilização moral, mas como abertura à implicação subjetiva. A violência, quando analisada, deixa de ser resposta inevitável e se revela como forma de gozo e como modo de lidar com a castração. A clínica, nesse sentido, deve ser um espaço de elaboração dos efeitos da violência, e não afirmação de causas

atemporais. Segundo Bispo, Peixoto e Scaramussa (2021), é preciso evitar confundir a economia psíquica com algo transcendente à história. A aposta é na historicização do sintoma e no confronto do sujeito com a contingência de seu desejo. O lugar da psicanálise nas investigações sobre a violência masculina é o de propor uma leitura que articule o singular e o histórico, o pulsional e o social. A violência, compreendida como defesa ante a diferença e a castração, deve ser pensada à luz dos discursos que a sustentam — discursos coloniais, patriarcais e heteronormativos que moldam a experiência do masculino enquanto sinônimo de virilidade (Bispo; Peixoto; Scaramussa; 2021).

Ao sustentar a responsabilidade do sujeito por seu gozo, a práxis psicanalítica oferece uma possibilidade de deslocamento: transformar o sintoma em campo de elaboração, onde novas formas de laço e de existência possam emergir. Diante de novos imperativos contemporâneos, a psicanálise é convocada a criar fraturas nos discursos que fazem, do feminino e do diferente, o inimigo do eu. Propomos, portanto, a possibilidade de também pensar um trabalho de “terapêutica de massa” (Miller, 2002), no sentido de promover deslocamentos simbólicos que atinjam o campo coletivo. A aposta é em uma reinterpretação social dos significantes que sustentam as violências e o ideal viril, cujo desafio é desconstruir as estruturas hegemônicas de gênero, compreendendo suas ligações históricas e culturais, deixando espaço para o surgimento de novas formas de subjetivação.

Miller (2002) propõe o conceito de terapêutica de massa diante do crescimento dos discursos de ódio e do racismo — fenômenos que ele vê como expressões contemporâneas das tensões do gozo. Neste caso, a aposta é que a psicanálise também possa ter uma incidência pública. Essa terapêutica de massa não seria uma psicanálise de grupo ou uma aplicação direta da clínica ao social, mas uma intervenção simbólica, discursiva, capaz de deslocar identificações coletivas que conduzem à exclusão e à violência. Ele retoma, assim, o pensamento de que o discurso analítico pode operar politicamente, criando espaços de fala, de ironia e de diferença, que ajudem a dissolver o ódio ao Outro.

O desafio que se impõe à psicanálise é o de sustentar a escuta do mal-estar que atravessa o masculino, sem recair na naturalização do ódio. Isso colabora para uma clínica implicada no social e na construção de um analista em constante formação, capaz de analisar suas próprias posições e resistir à conformação com a norma (Ulloa, 2020). Mais do que interpretar, trata-se de propor um modo de escuta e de pensamento que se inscreve na história, reconhecendo a dimensão política do inconsciente. A psicanálise, em sua dimensão

epistêmica sobre o sujeito e o laço, pode contribuir discursivamente para desarmar as violências do presente e abrir espaço para novas formas de subjetivação e de convivência com a alteridade. Nesse horizonte, diante da “solidão povoada pelos encontros com o irreduzível do outro” (Rolnik, 1986, p.289), a experiência clínica pode ser pensada, nesse ponto de encontro com a alteridade, em que o sujeito se vê confrontado com o vazio do próprio ser, como momento que possibilite tecer novos territórios de encontro, novas territorializações que não se sustentam na violência brutal contra o Outro.

Escreve Suely Rolnik (1986, p. 290): “Quando conseguimos suportá-lo, descobrimos, com certo alívio, que, do convívio desencontrado dessas figuras, destila-se já uma nova suavidade.” Essa suavidade é o que se abre quando o Outro deixa de ser aquilo que apenas delimita um contorno e o encontro deixa de operar sob o signo da destruição. A psicanálise pode sustentar o espaço desse desencontro sem mascarar o medo do desamparo, sem teimar no absoluto da completude. O ato analítico, nesse contexto, é também ato político: consiste em sustentar o mal-estar que a diferença provoca, fazendo dele um campo de invenção e não de exclusão.

Por fim, consideramos que, no reconhecimento da historicidade dos sintomas sociais, os psicanalistas brasileiros podem contribuir com outros discursos que interroguem e favoreçam o desmonte das engrenagens simbólicas que associam masculinidade à violência – dimensão que passa, inclusive, por uma transmissão crítica dos conceitos psicanalíticos de modo a não favorecer processos segregatórios, como o machismo, o racismo e a misoginia tão presente na cultura brasileira. Tecemos, assim, esta aposta!

REFERÊNCIAS

ALEMANY, Carme. Violências. In: **HIRATA**, H.; **LABORIE**, F.; **DOARÉ**, H. & **SENOTIER**, D. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 271-276.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **VIOLÊNCIA DE GÊNERO**: a construção de um campo teórico e de investigação. (2014) In: **HOLLANDA**, H. (Org.) Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 293-313.

BISPO, Fabio; **PEIXOTO**, Herlan; **SCARAMUSSA**, Melissa. Violência masculina — uma leitura clínica da constituição histórica e subjetiva da masculinidade. In: **GUERRA**, A. M.; **LIMA**, R. G. (Orgs.). A psicanálise em elipse decolonial. São Paulo: n-1 Edições, 2021. p. 155–169

BOLA, JJ. **SEJA HOMEM**: a masculinidade desmascarada. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 882, de 2019. Altera dispositivos do Código Penal para prever a atenuante de pena em caso de crimes cometidos sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=171946 Acesso em: 25 out. 2025.

CALDAS, Heloisa. Bate-se numa mulher... quando os semblantes vacilam. In: **MACHADO**, O.; **DEREZENSKY**, E. (Org.). A violência: sintoma social de nossa época. Rio de Janeiro: Scriptum Livros, 2013. p. 229-237.

CASA DA PALAVRA. Portas abertas em diálogos e conexões. Disponível em: <https://www.institutocasadapalavra.com/> Acesso em: 27 out. 2025.

DICKER, Suzana; **BADARI**, Patricia; **CALDAS**, Heloisa. **ENTRE AS PAIXÕES DO OUTRO E DO FALASSER**: sobre o êxtimo e a paixão. Opção Lacaniana Online, n. 21, p. 1-8, nov. 2016. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_21/Entre_as_paixoes_do_Outro_e_do_falasser.pdf Acesso em: 17 set. 2025.

FERNANDES, Maria; **COSTA**, Ricardo; **LARA**, Angela; **CABRITO**, Belmiro. **A IMIGRAÇÃO FORÇADA DE CRIANÇAS**: da colonização da América portuguesa no século XVI ao Estado de bem-estar social menorista do século XX. Tempo, v. 28, n. 3, p. 118-137, Set-Dez. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/XCNdDCpLmLC7N9ffscmZyhm/?format=html&lang=pt>

Acesso em: 25 out. 2025.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos. In: Obras Completas – volume 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Trabalho original publicado em 1913.

_____. Análise Finita e infinita. In: Fundamentos da clínica psicanalítica – Obras incompletas de Sigmund Freud. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 315-364. Trabalho original publicado em 1937.

_____. **CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA DA VIDA AMOROSA**: 3. O tabu da virgindade. In: Amor, sexualidade, feminilidade – Obras incompletas de Sigmund Freud. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 155-178. Trabalho original publicado em 1918.

FUENTES, Maria. O feminino e o infamiliar. Boletim Infamiliar / XXIII EBCF. 15/09/2020. Disponível em: <https://www.encontrobrasileiro2020.com.br/o-feminino-e-o-infamiliar/>. Acesso em 03 out. 2025.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Veja os números da violência sexual infantil no Brasil. 15/04/2024. Disponível em: adc.org.br/noticias/cenario-violencia-sexual. Acesso em 24 out. 2025.

G1. Mulher agredida com 61 socos em elevador passou por sete horas de cirurgia para reconstruir a face. 04/08/2025 Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2025/08/04/mulher-agredida-com-61-socos-em-elevador-passou-por-sete-horas-de-cirurgia-para-reconstruir-a-face.ghtml>

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: **HOLLANDA**, H. (Org.) **PENSAMENTO FEMINISTA BRASILEIRO**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237 – 255. Trabalho original publicado em 1984.

LACAN, Jacques. O aturdito. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003. p. 449-497. Trabalho original publicado em 1972.

_____. **O SEMINÁRIO, LIVRO 20**: Mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Trabalho original publicado em 1972-73.

LAURENT, Eric. Analista Cidadão. Curinga. n. 31. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas, dezembro de 2010. Disponível em: https://ebp.org.br/mg/wp-content/uploads/2020/06/Curinga-edicao_13.pdf

MELO, Jennifer Silva. **BREVE HISTÓRICO DA CRIANÇA NO BRASIL**: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. Revista Educação Pública, v. 20, n. 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>

Acesso em: 04 out. 2025

MILLER, Jacques-Alain. Extimidad. Buenos Aires: Paidós, 2010.

_____. **L'HOMME DÉCIDÉ**: entretien avec Jacques-Alain Miller. Vacarme, n. 18, p. 51-54, 2002.

MOLINIER, Pascale & **WELZER-LANG**, Daniel. In: **HIRATA**, H.; **LABORIE**, F.; **DOARÉ**, H. & **SENOTIER**, D. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 101 – 106.

NOGUEIRA, Isildinha. O corpo da mulher negra. Pulsional Revista de Psicanálise, São Paulo, n. 135, p. 40-45, 1999. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/o-corpo-da-mulher-negra-isildinha-b-nogueira.pdf> Acesso em: 04 out. 2025.

ROLNIK, Suely. **AMOR**: o impossível... e uma nova suavidade. In: **GUATTARI**, F.; **ROLNIK**, S. (Org). **MICROPOLÍTICA**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 284–290

SCHNOOR, Eduardo. “**RISCANDO O CHÃO**”: masculinidade e mundo rural entre a colônia e o Império. In: **DEL PRIORE**, M. Histórias dos homens no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 85 – 117.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Tese da legítima defesa da honra é inconstitucional. Notícias STF, 01/08/2023. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/tese-da-legitima-defesa-da-honra-e-inconstitucional>. Acesso em: 22 out. 2025.

THUILLIER, Jean- Paul. **VIRILIDADES ROMANAS**: vir, virilitas, virtus. In: **CORBIN**, A., **COURTINE**, J.; **VIGARELLO**, G. (Orgs.) História da virilidade 1 – A invenção da virilidade – Da antiguidade às Luzes. Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 2013, p. 71 – 123.

ULLOA, Raquel Cors. Amor à feminilidade, ódio ao feminino. XXIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano, 15 set. 2020. Disponível em: <https://www.encontrobrasileiro2020.com.br/amor-a-feminilidade-odio-ao-feminino/>. Acesso em: 25 out. 2025.

VIGOYA, Mara Viveros. **AS CORES DA MASCULINIDADE**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.